Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

MOÇAMBIQUE E O SECTOR DA ÁGUA

DESENVOLVIMENTOS NO QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DA ÁGUA EM MOÇAMBIQUE

Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Figueira da Foz, 24 de Outubro de 2017

Arlindo Correia

Parceria Portuguesa para a Água

Cofinanciado por:

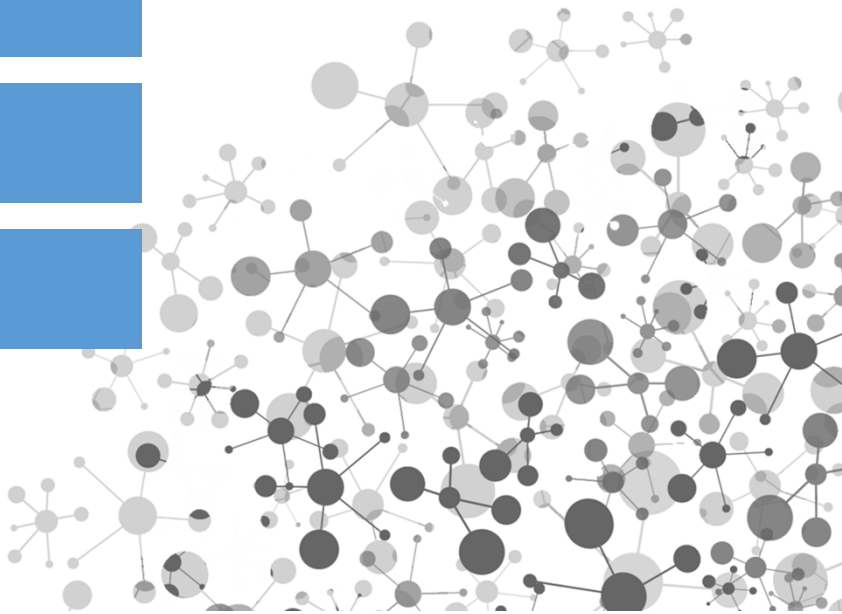
COMPETE 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Agenda

1. História
2. Desenvolvimento do Sector – lei e políticas
3. Desenvolvimento do Quadro Institucional
4. Situação actual do abastecimento de água
5. Estratégia para Reversão



História

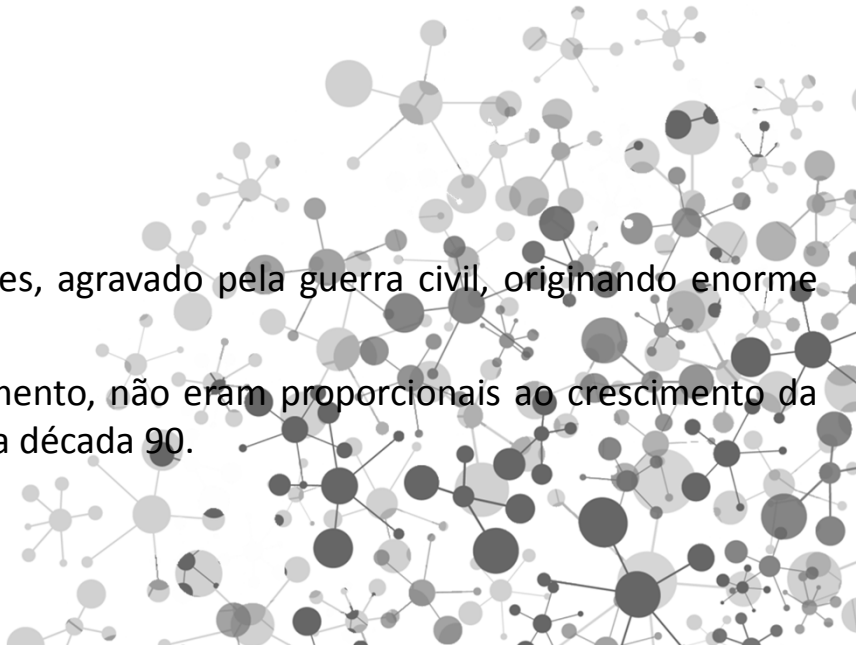
Transição colónia - independência

Independência de Moçambique

- Extinção dos SMAE (Serviços Municipalizados de Água e Electricidade) e separação das águas da electricidade.
- 1977 é criada a Direcção Nacional de Águas (DNA) com funções de gerir os recursos hídricos e desenvolver o abastecimento de água e o saneamento.
- DNA passa a assegurar directamente o abastecimento de água e inicia a criação das Empresas de Água nas capitais provinciais com tarefas específicas de operar, manter e gerir os sistemas – apenas uma consiguiu ter este estatuto: Empresa de Água de Maputo.
    - CIGEA (Comissão Instaladora Geral das Empresas de Água)
    - UDAAS (Unidade de Direcção de Abastecimento de Água e Saneamento)
    - UDAH (Unidade de Direcção de Aproveitamentos Hidráulicos)

Êxodo campo – cidade e o decréscimo da cobertura

- Após a independência verificou-se o êxodo de pessoas do campo para as cidades, agravado pela guerra civil, originando enorme pressão sobre os serviços de saneamento básico (água e saneamento)
- Os investimentos feitos em infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, não eram proporcionais ao crescimento da população. Verificou-se decréscimo da cobertura, cerca de 30% a 32% até finais da década 90.



Desenvolvimento do Sector

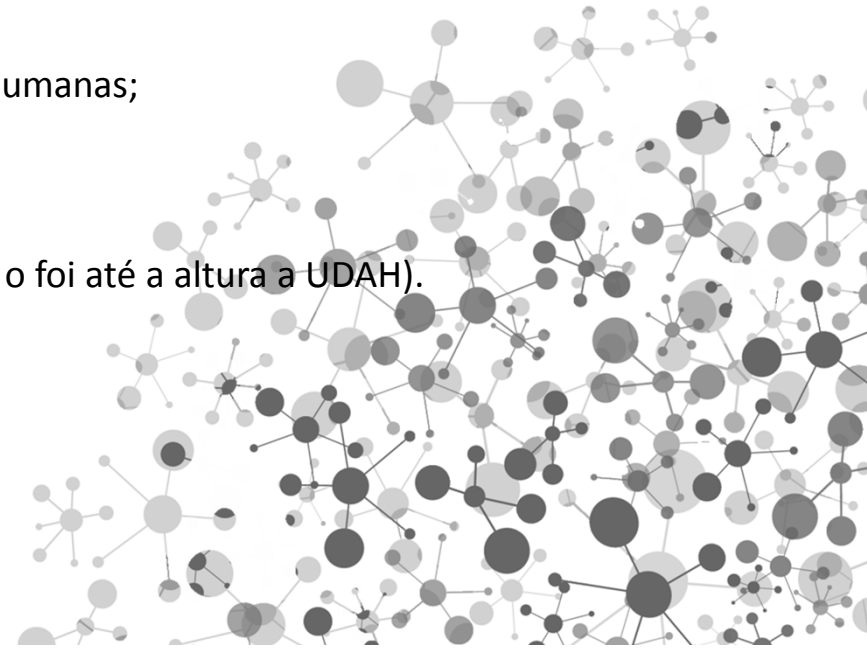
Lei de Águas

Necessidade de desenvolver o Sector de Águas, torná-lo mais forte, consistente e eficiente, foram definidos e aprovados instrumentos legais que deu início organização do Sector.

- 1991 Lei de Águas (Lei n°16/91 de 03 de Agosto), a qual entre outros determina:

  - Recursos hídricos pertencentes ao domínio público;
  - Princípios de gestão de águas;
  - Necessidade de inventariação nos recursos hídricos;
  - Prioridades de utilização - uso da água para satisfazer as necessidades básicas humanas;
  - Direitos e obrigações dos utentes;

- 1993 foi criada a ARA Sul – a primeira Administração Regional de Águas (herdando o foi até a altura a UDAH).

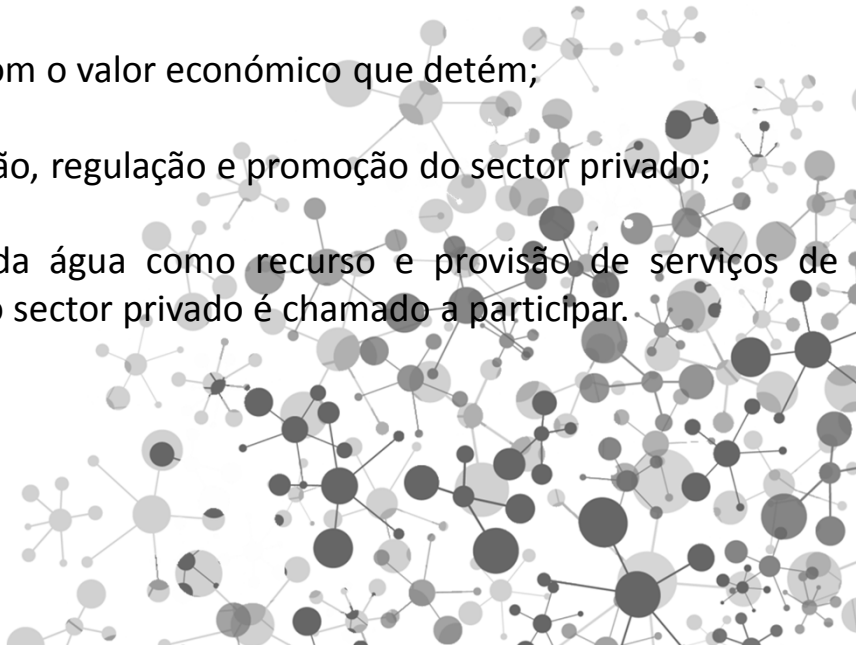


Desenvolvimento do Sector

Politica de Águas

Política de Águas, aprovada em 1995, revista em 2007 e 2016, que no âmbito do abastecimento de água e saneamento traça, entre outras, as seguintes linhas :

- atingir as Metas de Desenvolvimento Sustentável, acesso universal do abastecimento de água e saneamento.
- satisfação das necessidades básicas da população mais pobre, com objectivo da redução da pobreza, procurando sempre uma situação de sustentabilidade;
- a valorização da água não apenas como bem social e ambiental, mas também com o valor económico que detém;
- a concentração do Governo na definição de prioridades, padrões, regulamentação, regulação e promoção do sector privado;
- desenvolvimento de um Quadro Institucional que concorra para a gestão da água como recurso e provisão de serviços de abastecimento de água e de saneamento descentralizados e autónomos, onde o sector privado é chamado a participar.



p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Desenvolvimento do Sector

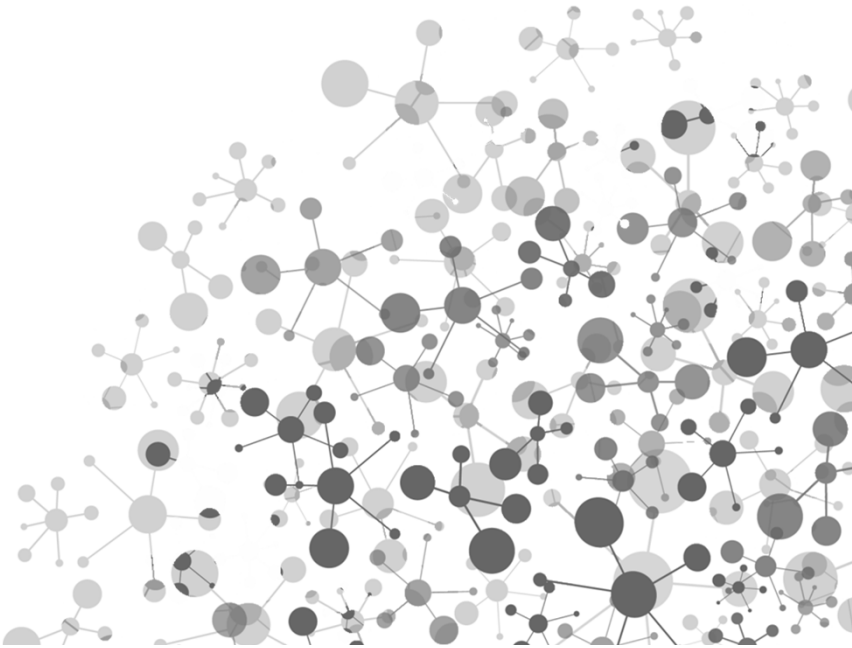
Politica Tarifária de Águas

Política Tarifária de Águas aprovada em 1998, que assenta em 5 Princípios

- utilizador-pagador e poluidor-pagador;
- equidade;
- protecção do ambiente e uso eficiente da água;
- sustentabilidade;
- descentralização e gestão participativa

e identifica os sistemas tarifários para:

- água bruta;
- água potável em zonas urbanas;
- água potável em zonas rurais;
- saneamento convencional;
- saneamento a baixo custo;
- água para irrigação;
- água para produção de energia eléctrica.



Desenvolvimento do Quadro Institucional

Quadro da Gestão Delegada

A existência dos instrumentos legais e Politica suportou em 1998 a criação do Quadro da Gestao Delegada (QGD), com o objectivo de:

- garantir a eficiência da gestão do serviço público, responder às necessidades de planificação estratégica e desenvolvimento, e envolver a participacao do sector privado;

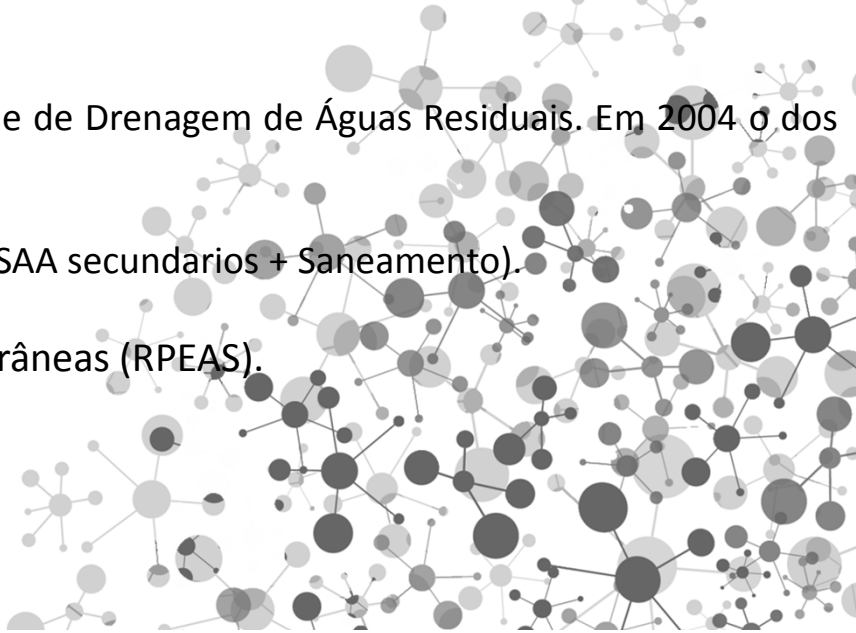
- promover a diferenciação de funções de gestor do património, do operador e do regulador.

Para a área de regulação foi criado o CRA, para a área de implementação o FIPAG (SAA principais), para a área da participação, consulta e extensão a existência do Fórum Coordenador da Gestão Delegada.

Em 2003 foi aprovado o Regulamento de Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais. Em 2004 o dos Sistemas Prediais.

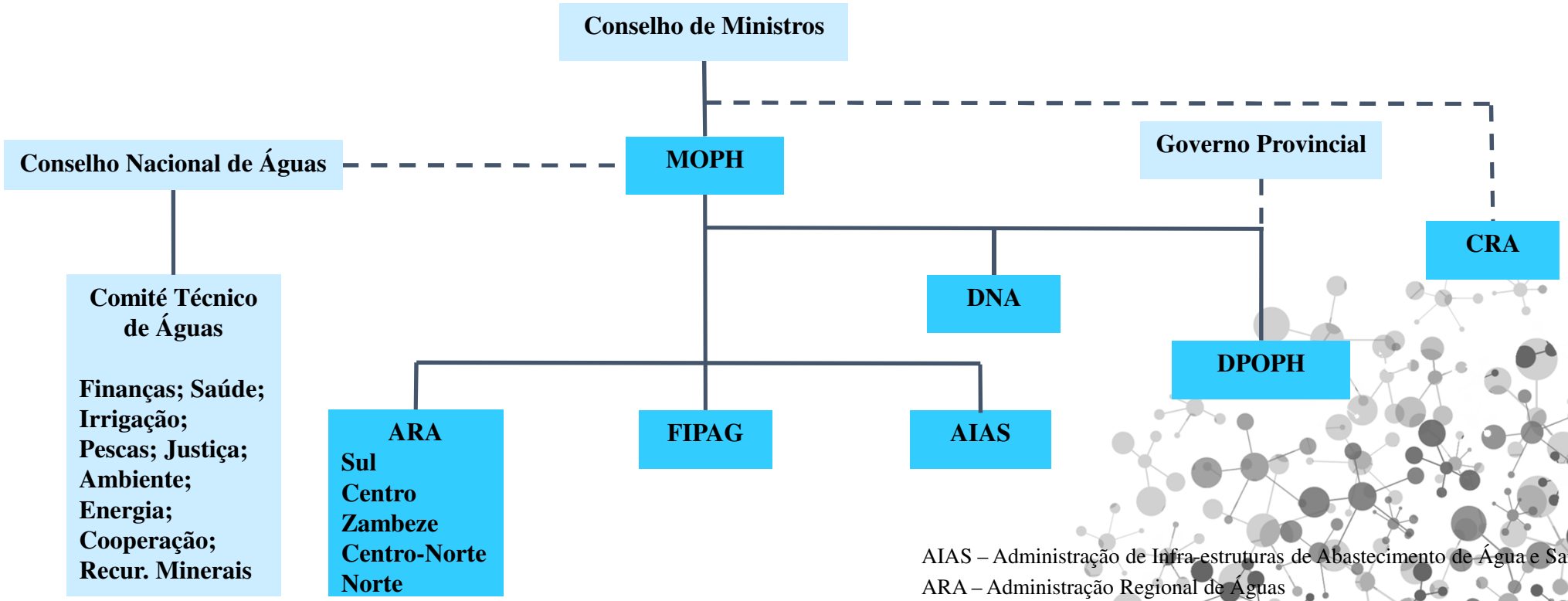
Em 2009 foi alargada a abrangência do QGD e o mandato do CRA e foi criada a AIAS (SAA secundarios + Saneamento).

Em 2012 foi aprovado o Regulamento de Pesquisa e Exploração de Águas Subterrâneas (RPEAS).



Desenvolvimento do Quadro Institucional

Quadro Institucional até 2014

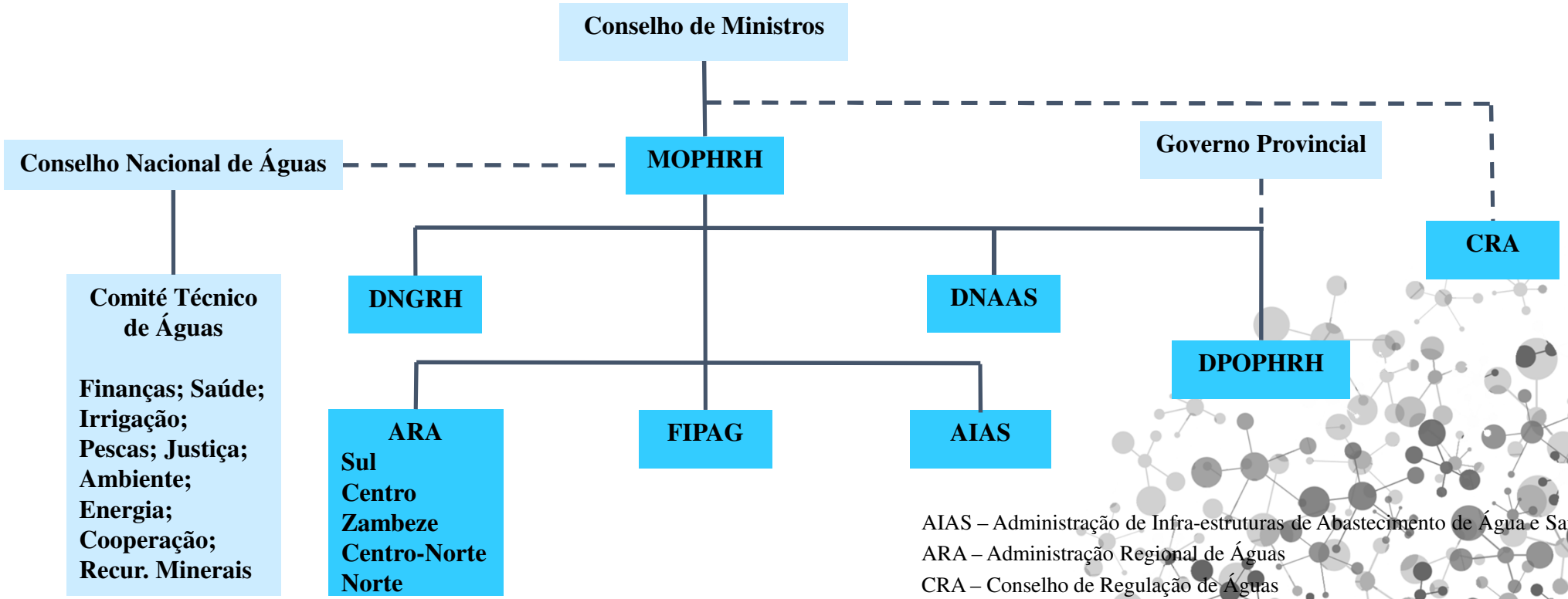


AIAS – Administração de Infra-estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento
ARA – Administração Regional de Águas
CRA – Conselho de Regulação de Águas
DNA – Direcção Nacional de Águas
DPOPH – Direcção Provincial da Obras Públicas e Habitação
FIPAG – Fundo de Investimento do Património do Abastecimento de Água
MOPH – Ministério das Obras Públicas e Habitação

p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Desenvolvimento do Quadro Institucional

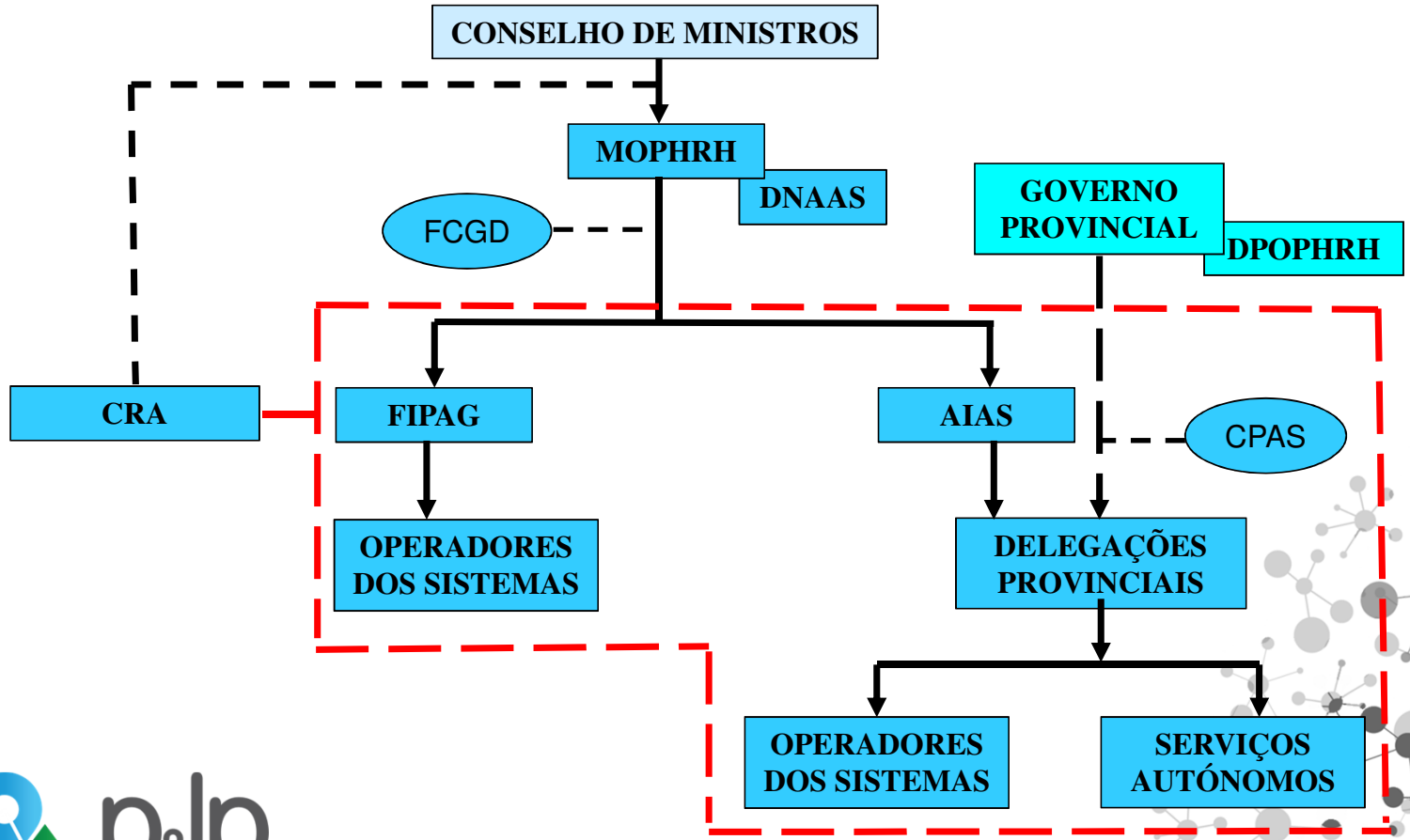
Quadro Institucional actual



AIAS – Administração de Infra-estruturas de Abastecimento de Água e Saneamento
ARA – Administração Regional de Águas
CRA – Conselho de Regulação de Águas
DNAAS – Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
DNGRH – Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
DPOPHRH – Direcção Provincial da Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
FIPAG – Fundo de Investimento do Património do Abastecimento de Água
MOPHRH – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Desenvolvimento do Quadro Institucional

Quadro da Gestão Delegada

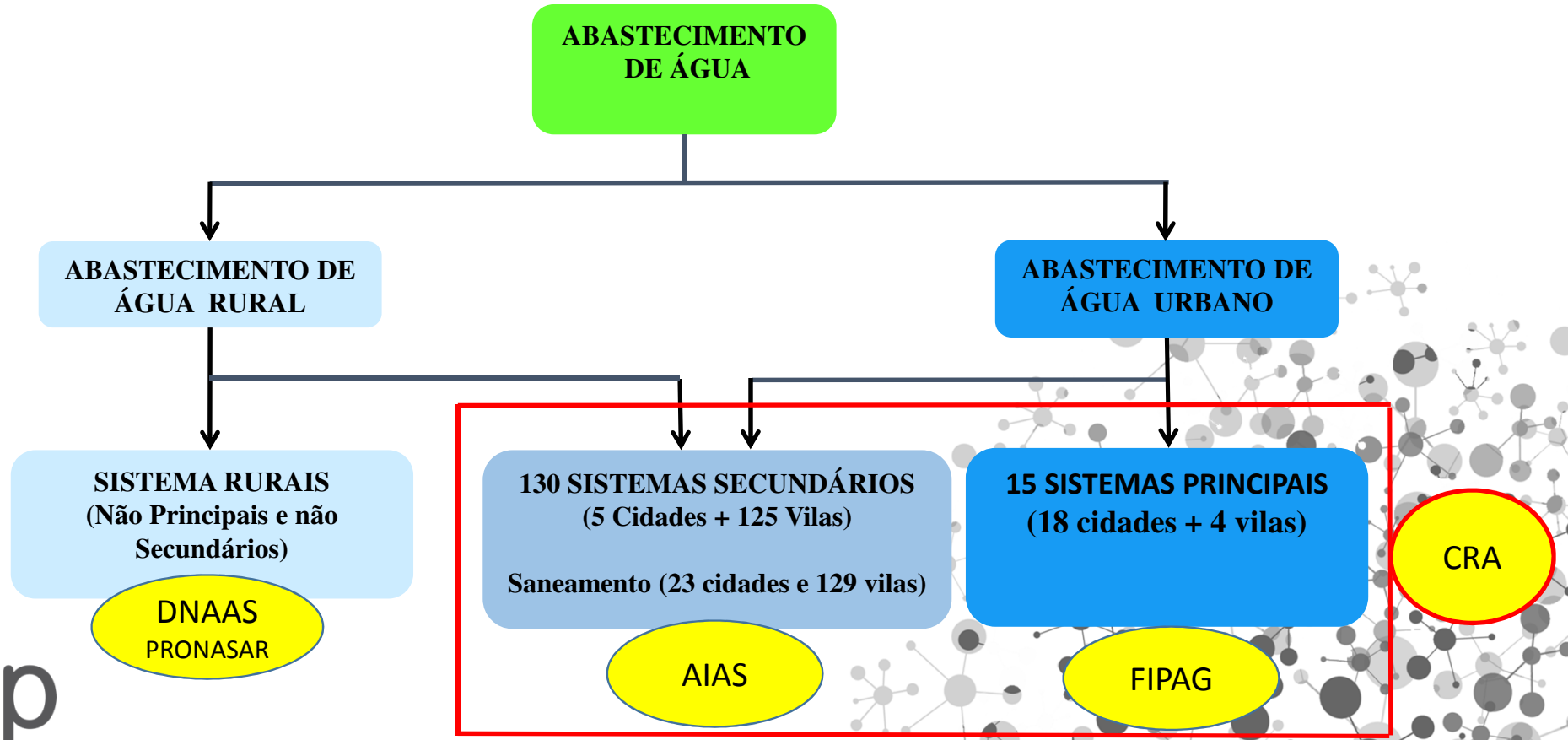


p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

FCGD – Forum Coordenador da Gestao Delegada
CPAS – Conselho Provincial de Agua e Saneamento

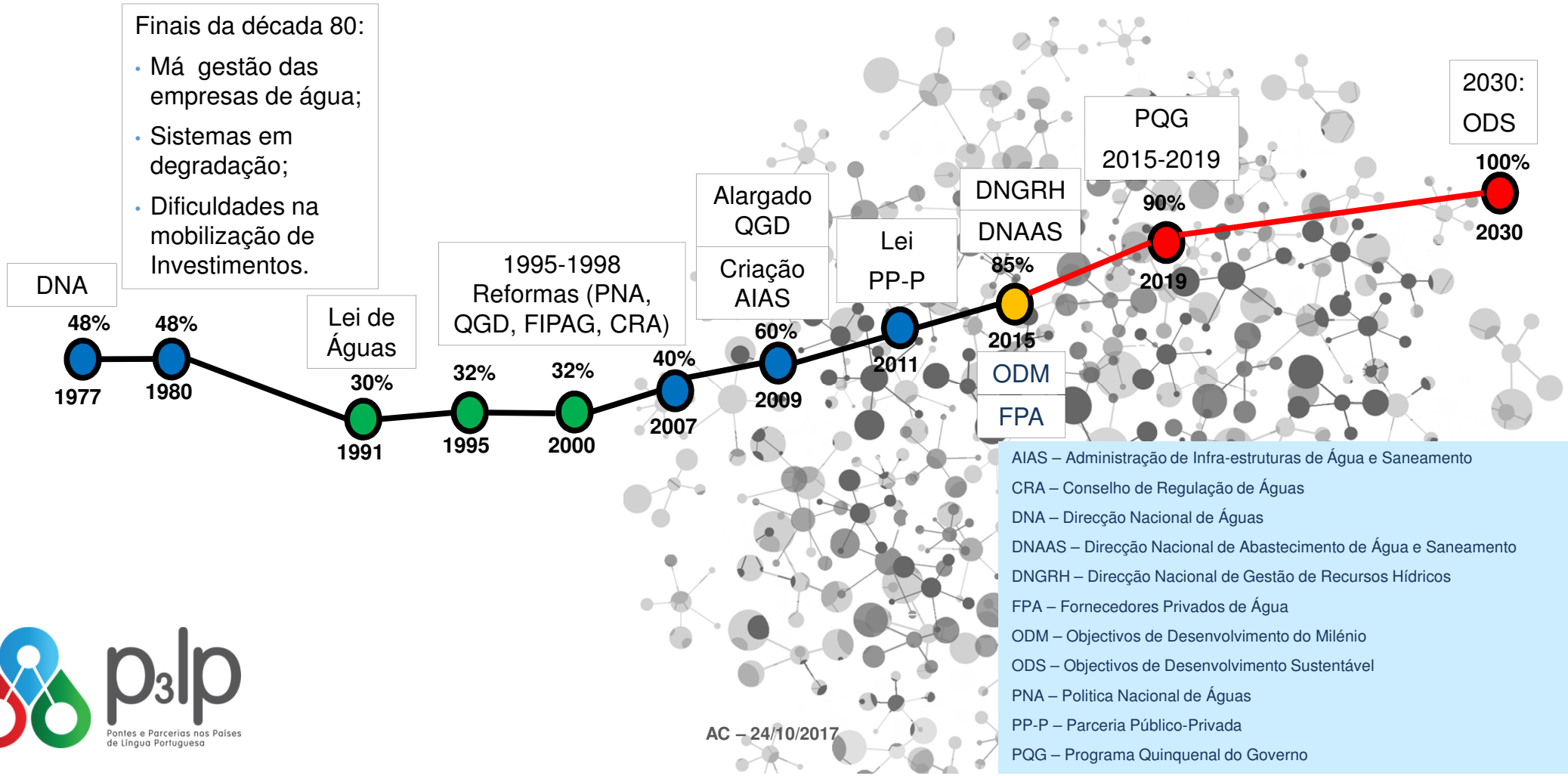
Desenvolvimento do Quadro Institucional

Classificação de Sistemas de Abastecimento de Água



Desenvolvimento do Quadro Institucional

Abastecimento de Água nas Zonas Urbanas (SAA FIPAG)



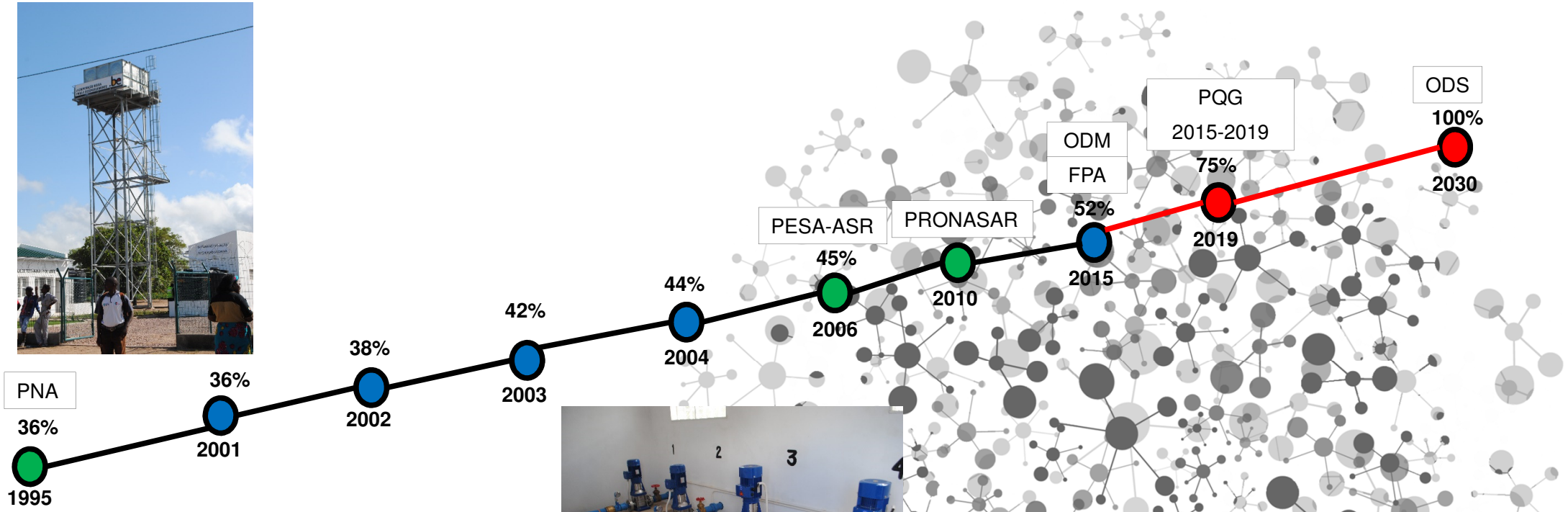
AIAS – Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento
CRA – Conselho de Regulação de Águas
DNA – Direcção Nacional de Águas
DNAAS – Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
DNGRH – Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
FPA – Fornecedores Privados de Água
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PNA – Politica Nacional de Águas
PP-P – Parceria Público-Privada
PQG – Programa Quinquenal do Governo

p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Abastecimento de Água nas Zonas Rurais

Bombas da EE do SAA de Tomanine – Guija - Gaza

AC – 24/10/2017



FPA – Fornecedores Privados de Água

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

PNA – Politica Nacional de Águas

PESA-ASR – Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural

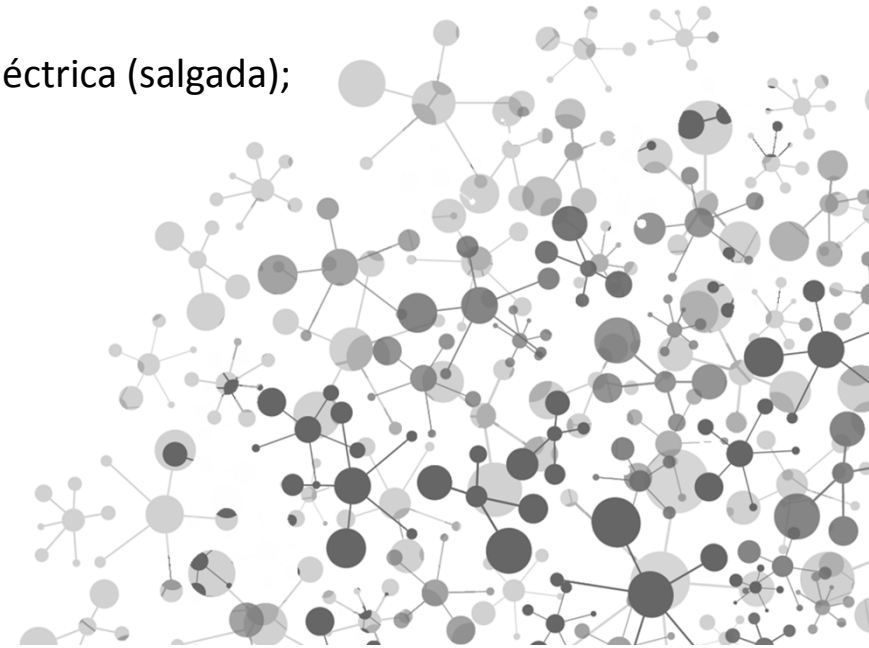
PQG – Programa Quinquenal do Governo

PRONASAR – Programa Nacional de Abastecimento de Agua e Saneamento Rural

p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Situação actual do abastecimento de água

- Verifica-se uma **demanda em crescimento exponencial**, população total estimada em **27 milhões** de pessoas;
- Fontes de captação de água dos Sistemas existentes estão a ser **explorados no limite das suas capacidades**;
- Bacias hidrográficas dos principais rios partilhadas com países vizinhos localizados à montante.
- Agravamento pela **escassez chuvas** para reposição dos níveis de água dos reservatórios de armazenamento e recarga dos aquíferos, originada pelas **mudanças climáticas**.
- A complexidade hidrogeológica para a captação de águas subterrâneas:
  - zonas semiáridas com ocorrência de água com elevada condutividade eléctrica (salgada);
  - os complexos cristalinos com fraca e/ou nenhuma produtividade;
  - Maioria das cidades junto à costa (intrusão salina).

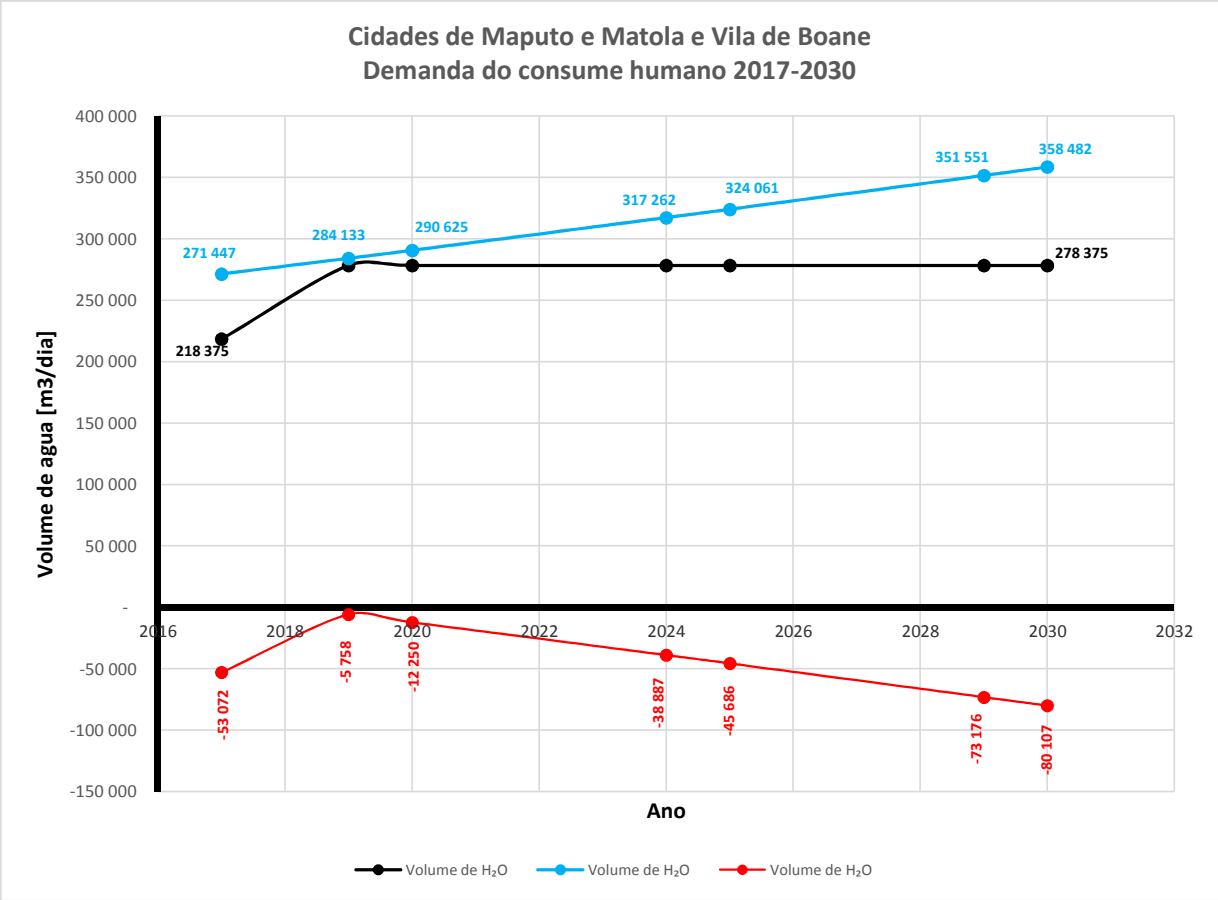


p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Situação actual do abastecimento de água

Exemplo do Sistema de Abastecimento de Água de Maputo – apenas demanda do consumo humano

MAPUTO,MATOLA e BOANE		Cobertura	56%	(2017)
Ano	Habitantes	Volume de H_2O		
		Produzido	Demanda	
			Humana	Défice
	[pessoas]	[m3/ano]	[m3/d]	[m3/d]	[m3/d]
2017	2 320 056	79 706 874	218 375	271 447	-53 072
2019	**2 428 484**	**79 706 874**	**278 375**	**284 133**	**-5 758**
2020	2 483 975	79 706 874	278 375	290 625	-12 250
2024	2 711 637	79 706 874	278 375	317 262	-38 887
2025	2 769 750	79 706 874	278 375	324 061	-45 686
2029	3 004 709	79 706 874	278 375	351 551	-73 176
2030	**3 063 948**	**79 706 874**	**278 375**	**358 482**	**-80 107**



Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

AC – 24/10/2017

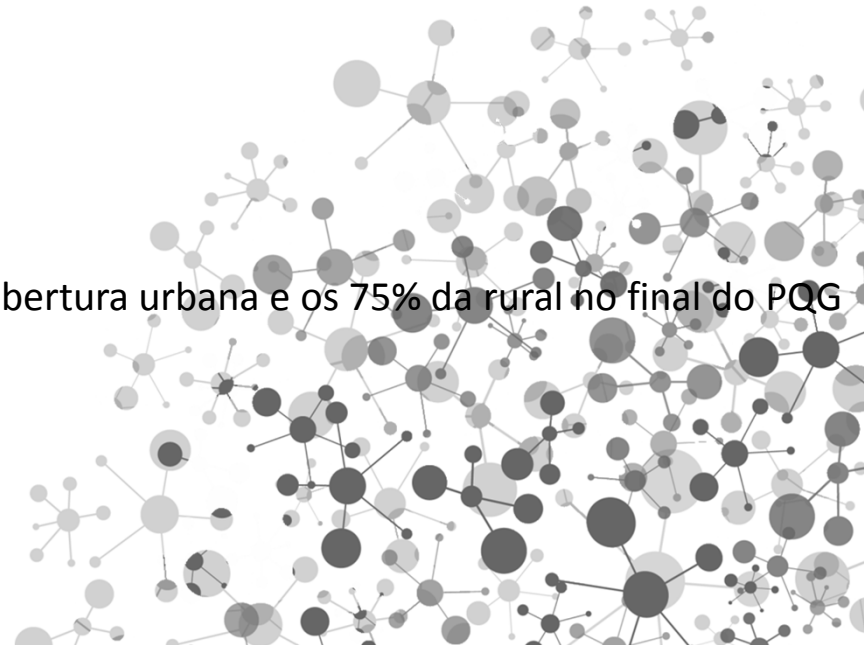
Estratégia para Reversão

Solução técnica

- **défice da produção de água** em relação as **demandas**, cuja solução requer **grandes investimentos** em:
  - Recurso à novas fontes localizadas distantes dos locais a abastecer;
  - Construir obras de represamento de água (barragens),
  - Construir infraestruturas para captação, tratamento e transporte da água até ao consumidor, com a qualidade e quantidade requeridas.

Preocupação (Desafio)

- Falta de **recursos financeiros** para executar os investimentos;
- Grande esforço para o **cumprimento dos Programas do Governo** (90% de cobertura urbana e os 75% da rural no final do PQG 2015-2019 e os ODS – coberturas universais);



p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Estratégia para Reversão

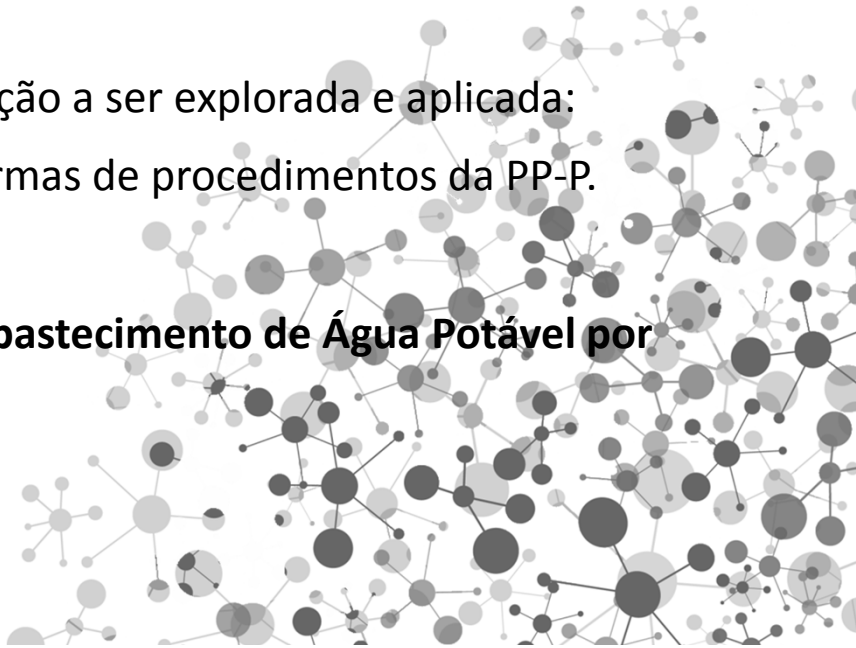
Estratégia de Água e Saneamento Urbano 2011-2015:

- Necessidade de investimentos estimados em **2 538 milhões de USD**, entre 2015 e 2025 no abastecimento urbano – Sistemas Principais e Secundários.
- Orienta para: ***"Desenvolver mecanismos que incentivem e viabilizem investimentos do sector privado na reabilitação, expansão, operação e gestão dos sistemas"***.

Lei nº 15/2011, de 10 de Agosto da Parceria Público-Privada (PP-P) - opção a ser explorada e aplicada:

- o **Decreto nº 16/2012 –** aprova o **Regulamento** que institui as normas de procedimentos da PP-P.

O **Dectreto 51/2015** que aprova o **Regulamento do Licenciamento de Abastecimento de Água Potável por Fornecedores Privados**.



Parceria Portuguesa para a Água

“O que quer que possuamos, duplica o seu valor quando temos a oportunidade de o partilhar com outros!”

JEAN-NICOLAS BOUILLY (1763-1842)

p3lp

Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Muito obrigada/o pela vossa atenção

Arlindo Correia

p3lp
Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa

Parceria Portuguesa para a Água

Cofinanciado por:
COMPETE 2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional